

REPÚBLICA DE ANGOLA

**AS LÍNGUAS NACIONAIS NA
ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS**

Por Amélia Mingas

LUANDA, 20 DE DEZEMBRO DE 002

INTRODUÇÃO

Estamos aqui reunidos para analisar, trocar opiniões sobre algo cuja discussão abrange vários temas importantes para o desenvolvimento de qualquer país, a saber Adultos, Alfabetização e Línguas Nacionais. Assim, pensámos ser pertinente começar por tentar evidenciar/corporalizar cada um desses termos, a partir da análise do seu campo semântico.

O termo Adulto designará um elemento que já foi objecto de uma formação/habilitação. Nesta perspectiva, pode ser questionado como é possível formar-se alguém que já acumulou um conjunto diversificado de conhecimentos ou seja, que já foi habilitado e que é, em certa medida, um "sábio"?

Como resposta diremos que, no caso do adulto, o ensino não pode ter como objectivo formar mas sim, adequá-lo a um contexto diferente, integrando-o em novas situações, pela criação de novos desafios. De salientar que, ao mencionarmos o termo Adulto, estamos a falar de um universo de indivíduos constituído, na sua maioria, por pessoas que não são jovens.

A Alfabetização é uma das vertentes do fenómeno educação que, concebido no seu sentido restricto, implicará a formação/habilitação de um indivíduo para enquadrar-se numa determinada sociedade ou contexto socio-económico. Contudo, várias são as acepções em que pode ser analisado qualquer item e o que está em causa pode ser considerado num sentido mais amplo e aí, ele não implicará formação mas, essencialmente, adequação, obtenção de novas habilidades/capacidades.

Mas, falar de alfabetização implica também, falar em comunicação e, a referência à última pressupõe, automaticamente, que se fale em língua ou línguas, na medida em que elas constituem códigos indispensáveis à comunicação. Por outro lado, não nos podemos abstrair de que, falar em línguas implica igualmente, considerar/ter em linha de conta o processo pelo qual se verifica a transmissão de conhecimentos, técnicas, habilidades, enfim, um modo próprio de conceber e estar no mundo. E tudo isso não é

possível se, quer os professores quer os aprendentes não dominarem/utilizarem, com eficácia, os mesmos códigos. Quer isto dizer que, para uma melhor e maior eficiência do processo ensino/aprendizagem, necessário é que os agentes do mesmo conheçam/dominem os mesmos códigos linguísticos.

Quanto às línguas, elas constituem, como todos sabemos, meios/veículos de comunicação entre os elementos de uma dada comunidade. Por tal, elas só atingem o seu significado pleno quando relacionadas com a comunidade que lhes deu origem. É por isso que elas constituem, em si mesmas, não só um factor de cultura, específica a uma dada comunidade mas também, e particularmente, um acto de cultura pelo que, não pode/deve existir nenhuma comunidade que se assuma como tal, sem uma língua que veicule a sua cultura, que a identifique.

No caso em análise, ao termo línguas se juntou um outro, "nacionais", o que pressupõe a existência de outra língua ou línguas estrangeira/s à/s se oporão as nacionais. Para nós e atendendo ao contexto/situação específica do nosso país, é igualmente importante e necessário que a nossa análise considere também o termo "nacionais".

O termo "nacional" tem como palavra mãe um outro, nomeadamente "nação" e, quando ligado a um diferente, estabelece/cria uma relação de dependência/pertença. Nesta acepção, serão nacionais todas as línguas que dependem da, pertencem à pátria angolana. Esta relação de pertença não pode advir tão simplesmente do facto de existirem no país e serem reconhecidas como um património cultural comum.

É que as línguas, sendo organismos vivos, nascem, desenvolvem-se e morrem. Uma língua inicia o seu processo de morte quando, porque em contacto com outra/s, com um estatuto social diferente, começa a sofrer influências, cada vez mais fortes da língua com a qual está em contacto directo, transformando-se fonética, lexical e morfo-sintacticamente. Uma língua morre quando não é falada porquanto desapareceram ou morreram os seus locutores ou sempre que os últimos deixaram de se assumir culturalmente.

Com o que acabámos de afirmar. Torna-se óbvio e por demais evidente que a melhor maneira de preservar, defender qualquer língua é permitir que ela seja assumida, falada, vivida, o que implicará a sua introdução no processo de educação formal e a atribuição de um estatuto, bem definido, da sua funcionalidade.

A INTRODUÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NO ENSINO FORMAL

A preservação das nossas línguas passa, como vimos, obrigatória e obviamente pelo seu ensino. Nesta ordem de ideias, elas devem ser objecto de uma investigação científica, devem ser ensinadas e, em consequência escritas. Se isso não se verificar, elas ficarão mais vulneráveis a influências, porquanto a sua utilização não estará sujeita a qualquer norma estabelecida que a controle sendo, por tal, a sua evolução desenfreada, não controlável.

Mas, devemos ter, de igual modo presente que, para que se ensine uma língua, vários são os pressupostos que os responsáveis pela sua introdução, no ensino, devem ter em linha de conta. Um dos pressupostos é uma análise rigorosa no que respeita às situações objectivas versus subjectivas das línguas a ensinar. Quer isto dizer que, não só é importante que se formem quadros capazes de investigar e/ou ensinar as línguas locais, como também, que se definam que metas devem ser alcançadas para o e no ensino dessas línguas.

Por outro lado, com base numa investigação e dados fidedignos, é importante que se estabeleça o tipo de relação genética existente entre as várias línguas em presença; que se inventarie o nível de intercompreensão entre elas, através de um estudo comparativo das mesmas.

De salientar também que, com base num necessário e nem sempre fácil investimento, impõe-se que se definam prioridades, não relativamente ao item "que línguas estudar" mas "que línguas devem ser priorizadas", tendo em vista as grandes e derradeiras etapas de desenvolvimento do país.

A resposta a todas estas questões resultaria de várias discussões e trocas de ideias, ao nível de toda a Nação, sobre o tema. Este amplo movimento permitiria que outras línguas, para além da portuguesa, pudessem ser utilizadas para a criação efectiva de:

.- Uma instância sociocultural específica e própria, na medida em que os valores culturais característicos das sociedades europeias, que nos foram transmitidos/viabilizados pela língua e cultura portuguesas, aliar-se-iam aos locais/tradicionais, transmitidos, a seu turno, pelos nossos antepassados, através das línguas nacionais;

.- Uma instância económica, porquanto através do fenómeno "receber/dar", o conhecimento/domínio dos supracitados valores poderiam constituir uma plataforma indispensável e necessária entre a Angola moderna e a profunda;

.- Uma instância política, a qual viabilizaria a harmonização entre as nossas instituições públicas (a nível nacional, provincial e comunal) e as instituições tradicionais que, e porque existem, devem ser adequadas à sociedade moderna que começa a dar os primeiros passos no nosso país;

.- Uma última e derradeira, e aqui poderemos afirmar consciente e firmemente, "last but not least", a instância linguística que, uma vez activada, permitiria às línguas locais não só viabilizar o contacto dos Angolanos entre si, mas também e principalmente, servir de veículo e matéria de ensino, na educação formal, criando deste modo um equilíbrio harmonioso entre os elementos que compõem a diversidade linguística que caracteriza o nosso país;

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Por não ter havido a preocupação do controlo dos códigos linguísticos, a alfabetização de adultos foi, no nosso país, a primeira vítima da inexistência de uma política coerente relativamente à

situação problemática de plurilinguismo, situação em que as línguas locais foram e são maioritárias. Com efeito, a utilização da língua portuguesa na alfabetização de *Adultos*, alguns dos quais, senão a maioria, não podendo integrar a força de trabalho local, devido à idade avançada, mostra bem que não é o país, no seu todo, que esteve em causa mas, tão-somente os interesses de uma minoria que precisava de mão-de-obra braçal com uma capacidade mínima de comunicar, usando a língua portuguesa.

Nesta ordem de ideias, legítimo se torna constatar a existência de uma falta de consonância entre as intenções manifestadas, ou seja, a opção política de defesa das línguas locais e a realidade, quer dizer, a inexistência de uma política capaz de criar as condições objectivas para tornar realidade a opção anunciada.

Qualquer que seja a análise da perspectiva de desenvolvimento do país, para que os problemas sejam clara e objectivamente inventariados, controlados e assumidos, impõe-se que os agentes responsáveis pela sua efectivação tenham em linha de conta o acima dito, sob risco de fracassarem. Com efeito, falar em alfabetização de *Adultos* é, essencialmente, falar de uma das várias etapas que caracterizam a dimensão cultural do desenvolvimento de qualquer país.

A título de conclusão poderemos salientar que, se a real intenção é a de viabilizar o país, através de um maior entrosamento entre as suas forças vivas, urge que se considere a necessidade de equacionar um equilíbrio harmonioso entre a língua portuguesa e as locais, na medida em que são os veículos usados na transmissão de experiências no nosso país.

A alfabetização de adultos, no país, deverá ter como veículo e matéria de ensino as línguas locais, porque são as línguas maternas desses indivíduos, porque são as línguas em que esses adultos melhor se expressam, pensam, amam e odeiam e porque elas são, efectivamente, utilizadas por esses adultos no seu dia a dia.

BIBLIOGRAFIA

CALVET, Louis-Jean, / 1987

La Guerre des Langues, Paris, Payot

FISHMAN, Joshua A., / 1965

Who Speaks, What Language, to Whom and When? in *La Linguistique*, nº 2, pp. 29-40, Paris

FISHMAN, J. A. e BARRUBIAS, J., / 1983

Progress in Language Planning, Berlin, New York, Amsterdam, Mouton

FODOR et HAGEGE, Claude, /1982

Réformes de Langues, Hamburg, Helmut Buske Verlag

HAGEGE, Claude, /1985

L'Homme de Paroles, Paris, Fayard, Le Temps des Sciences

MINGAS, Amélia Arlete, /2001

A Contribuição das Línguas Nacionais na Alfabetização e Promoção da Mulher, intervenção apresentada no Workshop sobre a Alfabetização e Autonomização da Mulher, Luanda

_____, 2002 a)

A importância das Línguas Locais na Formação dos Angolanos, intervenção apresentada na Universidade Jean Piaget de Angola, Luanda

_____, 2002 b)

A importância das Línguas Angolanas na Unificação da Família Angolana, intervenção apresentada na Universidade Jean Piaget de Angola, Luanda

NELIMO-Centro de Estudos das Línguas Moçambicanas, / 2000

Relatório do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane

RUBIN, J. e JERNUDD B. J., /1971

Can Language Be Planned? Na East-West Centre Book, Hawaii, The University Press of Hawaii

WALP P. e MANESSY, J., / 1985

Plurilinguism. Normes, Situation, Stratégies, Paris, L'Harmattan